

A “PAX BRITÂNICA” E A INDEPENDÊNCIA DO URUGUAI: ESTADO-TAMPÃO E BALCANIZAÇÃO NO ESPAÇO PLATINO*

Enrique Serra Padrós

RESUMO

O presente texto avalia o protagonismo do império britânico no contexto histórico em que se define a independência do Estado uruguaio. Para tanto, destaca a articulação, na política externa daquela potência, entre uma ação política de neutralização e equilíbrio na Europa pós-napoleônica, e a procura de hegemonia nas relações internacionais da primeira metade do século XIX. Como desdobramento dessas diretrizes, a Inglaterra acaba assumindo importante papel no processo de “balcanização” do espaço platino assim como na formulação de um Uruguai internacional com perfil de Estado-tampão. Nesse sentido, ocupando o vazio político provocado pela retirada das potências ibéricas na região, objetivou a inviabilização do controle unilateral do estuário do Rio da Prata por parte dos emergentes Estados argentino e brasileiro. O texto destaca ainda como através da pressão econômica, diplomática e até militar, o império britânico perseguiu, na bacia platina, a satisfação dos seus interesses mais imediatos vinculados tanto às crescentes necessidades do processo industrial, quanto a consolidação de uma infra-estrutura de sustentação da rede de dominação econômica do seu império mundial.

ABSTRACT

The present text evaluates the character of the british empire in the historical context in wich it defines the independence of the uruguayan state. For such purpose, it stands out the articulation, to its external policy, from a

Enrique Serra Padrós é Professor Assistente do Departamento de História (Setor de História Contemporânea)/UFRGS. Especialista em História da América Latina e Mestre em Ciência Política.

* Este texto é uma adequação dos dois primeiros capítulos da minha tese de mestrado, “As origens da inserção internacional do Uruguai: do Estado-tampão ao pequeno Estado periférico”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política, e orientada pelo Prof. Dr. Paulo Vizentini. Nesses dois capítulos discuto as condicionantes internacionais e, especificamente, o papel que cabe à Inglaterra na discussão e ação sobre as forças históricas que explicam a independência da antiga Banda Oriental.

political action of neutrality and balance in post-Napoleon Europe, and the search for hegemony at international relationships from the first half of 19th century. As a result to these guidelines, England ends up taking over an important role on the balkanization process of the "platino" space as well as on the formation of an international Uruguay with the characteristic of a buffer state. Meanwhile, occupying the political emptiness provoked by the retreat of the Iberian powers at that region, purposed the incapacity of the one-sided control of estuary "Rio de la Plata", under responsibility of the emerging Brazilian and Argentine governments. The text also stands out how through economical pressure, diplomatic and even military, the British Empire pursued, on the "platina" basin, the satisfaction of its most immediate interests connected to industrial growth needs, regarding the enlargement of an infra-structure to support the network of the world hegemonic domination empire.

No processo de independência dos Estados latino-americanos, durante o século XIX, ocorre o envolvimento direto da Inglaterra, potência ancorada na consolidação do seu desenvolvimento industrial, na imposição do liberalismo à escala do comércio planetário, e na procura de hegemonia no cenário das relações internacionais daquele período. A definição do Uruguai como Estado independente no complexo cenário platino passa pela ação conseqüente dos interesses econômicos e estratégicos daquela potência mundial. Não sendo o único elemento justificativo na irrupção histórica do Uruguai como ator internacional, é, entretanto, fator fundamental para entender o enquadramento da Bacia do Rio da Prata à dinâmica do capitalismo industrial.

A importância da região do Prata a partir do século XIX está intimamente vinculada às transformações econômicas provocadas pela Revolução Industrial e à primazia assumida pelo Estado inglês consolidando-se como a primeira grande potência capitalista.

O processo econômico desencadeado a partir daquela, mudou o perfil do seu intercâmbio comercial com as outras potências européias. No lastro do capitalismo industrial em expansão, os países ibéricos, cada vez mais, assumiram o caráter de mercados consumidores dos manufaturados ingleses. As demandas provocadas pelas necessidades da indústria conectaram a Inglaterra ao mundo colonial ibérico, fosse através das próprias metrópoles, fosse através do contrabando. Por outro lado, o problema emergente e crescente de maior demanda de mercados levou ao questionamento da manutenção colonial. A combinação devastadora das forças históricas desencadeadas pela industrialização e pela Revolução Francesa acelerou o esgotamento de uma prática colonial cada vez mais

opressiva ante os interesses locais que, partindo de necessidades econômicas concretas e opostas aos interesses metropolitanos, sinalizou o caminho das mudanças.

Desde o final do século XVIII, a Inglaterra avaliava o potencial econômico do mercado americano: a manutenção da crescente produção industrial implicava na obtenção de novos espaços para o escoamento dos seus manufaturados. As barreiras do monopólio colonial levaram a encarar com simpatia os surtos políticos emancipacionistas da América espanhola. A Bacia do Prata era analisada, também, numa perspectiva geopolítica e como instrumento de ocupação e subordinação do interior continental. A região, economicamente fornecedora de produtos necessários e valorizados pela nascente indústria inglesa, tinha na sua rede fluvial, uma grande vantagem comparativa ante outros novos mercados apresentando possibilidades de rápida integração e comunicação das economias locais ao circuito mundial, assim como de dinamização dos fluxos comerciais. Tais interesses foram confirmados pela existência de projetos militares para o Rio da Prata desde o século XVIII (WINN, 1975:10).

Desde a Paz de Utrecht (1713) e o Tratado de Methuen (1703), a Inglaterra arrancara importantes concessões da Espanha e Portugal. O controle sobre o tráfico de escravos, o contrabando, a autorização dos navios de "permiso", a tática do uso de corsários e o crescente interesse nos metais preciosos e comércio das Índias, levou a elite inglesa a considerar os lucros da abertura do comércio destas regiões. Contava ainda com a vantajosa situação de controlar a técnica do vapor (tanto na perspectiva mercantil quanto bélica), assim como de uma organização bancária e financeira que dinamizavam os investimentos dos capitais acumulados no interior do complexo processo industrial. Para Beyhaut, a intensificação comercial foi o primeiro mecanismo norteador das ações européias, no início do século XIX, sobre a América Latina; o fomento e controle de fretes, a obtenção de vantagens aduaneiras, e o confronto com outros competidores, foram ações tão decididas quanto a defesa dos súditos e empresas instaladas na região (e que faziam parte, segundo o autor citado, da estratégia de vender a superioridade dos padrões de vida europeus às elites locais) (1968:84).

Especial atenção merecem, até pela importância que terão no posterior desenvolvimento da história latino-americana e especificamente platina, a "cláusula de nação mais favorecida", e a "livre navegação dos rios", importantíssimos instrumentos do capitalismo para subordinar a sua periferia. O significado da união das Treze Colônias originárias dos EUA fez compreender às potências européias (e depois também ao pró-

prio Estado norte-americano), da necessidade da fragmentação e conexão dependente dos novos Estados ao mercado mundial. A “cláusula da nação mais favorecida” foi a contraposição à possibilidade de relações bilaterais regionais que promovessem, no caso latino-americano, circuitos econômicos marcados por privilégios exclusivos e evidentes desdobramentos políticos integracionistas (por exemplo, a sempre retomada discussão sobre a “Pátria Grande”)¹. Já a questão da “livre navegação dos rios”, resultava da pressão das necessidades da dinâmica capitalista de abrir mercados utilizando as vias fluviais internas. As negociações estabelecidas no Congresso de Viena, em 1815, a partir do reordenamento europeu, legislaram sobre o assunto determinando a partir daí, que a navegação dos rios deixaria de ser direito exclusivo das nações ribeirinhas. Ou seja, abria-se passagem ao comércio internacional. Os desdobramentos da Doutrina de Viena provocariam muita discussão e seriam sempre referência nos conflitos diplomáticos e militares provocados pela interpretação sobre o assunto imposta pelas grandes potências no cenário platino e amazônico.

A preponderância industrial e comercial inglesa no período fizeram desta potência o principal ator externo do processo emancipacionista latino-americano. Processo que teve como contexto maior a crise europeia demarcada pela expansão do ideário burguês revolucionário, a sua derrota e a ação restauradora. Aliada às exigências internacionais do liberalismo econômico, as vinculações da Espanha com a França napoleônica impulsionaram a Inglaterra a atingir duramente o império colonial daquela², colocando firmemente um pé em território latino-americano, através da subordinação portuguesa, com a transferência dos Bragança ao Rio de Janeiro.

A crise internacional provocada pelo expansionismo napoleônico no continente europeu, as batalhas de Trafalgar e Austerlitz, em 1805, e a deflagração das “políticas de bloqueio” entre a França e a Inglaterra possibilitou, a esta última, tomar medidas mais drásticas contra os monopólios coloniais dos seus inimigos. Nesse sentido, iniciou-se uma política de desestruturação dos monopólios espanhol e português. A idéia mais acabada dessa ação foi a estratégia de “proteger” a Coroa portuguesa dos exércitos napoleônicos em troca de vantagens econômicas que representavam a derrubada das barreiras monopolistas em torno do Brasil. Aliás, desde o século XVIII, Portugal era o grande elo de ligação do contrabando inglês na América espanhola. Aproveitando-se dos canais regulares que Portugal possuía com os portos do Prata (o abastecimento de escravos no comércio regional e a própria existência de comerciantes portugueses naque-

las cidades), a Inglaterra participava indiretamente da vida econômica platina. Portugal constituía, na prática “... a luva que dissimulava a mão inglesa” na Bacia do Prata (REYES ABADIE, 1968:63).

Se a Inglaterra ficou relativamente isolada e “fora” do continente europeu, no entanto, consolidou seu domínio marítimo, o que lhe permitiu controlar o fluxo comercial das principais rotas marítimas e inviabilizar o acesso das potências continentais aos mercados coloniais. No período de 1806 e 1807, estimulou a insurreição na América Latina contra o império espanhol enquanto mantinha o contra-bloqueio ao sistema continental bonapartista. Expressiva parcela dos setores dirigentes das colônias desejavam a abolição do monopólio ibérico, coincidindo com a pressão dos meios mercantis ingleses, que precisavam de novos mercados para compensar a significativa queda do volume do intercâmbio com a Europa continental. No Rio da Prata isto se traduziu na audaz e fracassada tentativa de penetração britânica através de um empreendimento particular realizado pelo Almirante Sir Home Popham e o Coronel Beresford (que se deslocaram de bases existentes no Cabo da Boa Esperança). O insucesso militar dessas expedições de conquista afastou o interesse inglês sobre a região³, mas, apesar de efêmera, deixou germes fundamentais na elite “criolla”, como a introdução de práticas liberais (abertura de mercado, fim do monopólio, diminuição do valor dos impostos), abastecimento mais diversificado e barato da população, e a valorização dos produtos locais que interessavam à economia inglesa. Tudo isto ficou como herança a aumentar a oposição à metrópole espanhola e a estimular o autonomismo de Montevidéu com a ascensão econômica de uma fração “criolla” livre-cambista⁴.

A conjuntura mudou com a intervenção francesa na Península Ibérica, em 1808. Esta ação estabeleceu a aliança da Espanha com a Inglaterra: esta, em parte, foi obrigada a rever sua postura sobre as agitações na América. Interessava, agora, que o novo aliado pudesse concentrar forças contra o inimigo comum. Ou seja, devia-se colocar um freio aos movimentos rebeldes que fragilizavam o poder espanhol. Mesmo assim, Londres não abria mão dos interesses livre-cambistas para a região⁵. Numa árdua ação diplomática, a Inglaterra conseguiu colocar lado a lado, os antibonapartistas espanhóis e os setores liberais da América Latina, confirmando a Junta de Sevilha como legítimo Governo do Império, embora, no papel, esta não reconheceu a liberdade de comércio que na prática já existia na região⁶. A partir da década de 10, a Inglaterra acentuou a sua vinculação com a Espanha procurando consolidar as tendências autonomistas liberais; entretanto, em 1814, uma vez reestabelecido

o controle colonial espanhol e afastado o perigo francês, Fernando VII tentou reenquadrar as colônias negando qualquer possibilidade de autodeterminação, autogoverno ou liberalismo. O posicionamento da Coroa espanhola provocou duas importantes conseqüências: a retomada do movimento independentista a partir de 1815, e nova reavaliação da situação americana por parte da Inglaterra.

O contexto internacional de meados da década de 10 exigiu da política externa inglesa, extremo cuidado. A derrota definitiva das tropas bonapartistas trouxe novos problemas. Seus antigos aliados na luta contra a França tentavam impor uma virada conservadora simbolizada pelo Congresso de Viena e pela instrumentalização do exército da Santa Aliança. Dentro da perspectiva de uma política mundial, a Inglaterra procurou, em relação ao continente europeu e à Santa Aliança, influir no sentido de garantir um sistema interno estável através de um equilíbrio relativo das principais potências. Apesar da existência de um certo distanciamento, subordinou aquele cenário ao do sistema mundial que hegemonizava, e não hesitou em intervir quando interesses vitais estavam em jogo. Por detrás do equilíbrio europeu e após a experiência napoleônica, desenvolveria permanente ação a fim de impedir o surgimento de qualquer projeto hegemônico continental que pudesse reorganizar a estrutura econômica européia viabilizando um competidor capitalista que ameaçasse a sua posição.

A vitória sobre a França consolidou a posição inglesa. Não só abriu o mercado colonial ibérico e francês, como, principalmente, revertera a ameaça de exclusão na Europa com a derrota do projeto do bloqueio continental. O primeiro grande desafio à potência industrial inglesa fora derrotado⁷, e isto possibilitava um novo reordenamento internacional sob sua direção.

O Congresso de Viena significou de fato uma ameaça concreta de reestabelecimento do velho *statu quo* colonial e monopólico, abalado pela guerra internacional européia e seus desdobramentos periféricos - o que fora bastante benéfico à Inglaterra e às colônias ibéricas americanas, como já foi visto. Ou seja, pairava o não-reconhecimento dos novos Estados independentes (que haviam contado, durante as lutas de libertação, com forte apoio inglês), e o desconhecimento dos tratados comerciais que Londres obtivera desses países assim como das antigas colônias ainda existentes. A ruptura do monopólio colonial favoreceu o comércio inglês que implementou vinculações econômicas mais lucrativas e menos onerosas do que a tradicional administração colonial. A manutenção das relações que estabelecera com as elites locais era prioritária e não se cogitava a reversão das independências latino-americanas. Por trás de tudo

isso, havia a confirmação da abertura definitiva desses mercados aos interesses do capital inglês. É o que Scalabrini denomina de “política invisível” do comércio inglês e início daquilo que Winn define como “império informal”⁸. O envolvimento inglês no processo de independência da América Latina expressou a reorientação da sua política externa para a região, abandonando a idéia de ocupação, conquista ou anexação do espaço (como poder-se-ia abstrair das expedições de 1806 e 1807 ao Prata), e abandonando a dinâmica da “política visível” e do “império formal”. O objetivo passou a ser o de consolidar a abertura do mercado para seus manufaturados, assegurando-se ainda, o acesso aos ricos recursos naturais locais, sem intermediários, e, o que era fundamental, deixando às elites locais o ônus do Governo e das distorções da inserção no mercado internacional. Assim, defendendo seus interesses econômicos e preocupada em pacificar a região, a potência mundial intermediou os conflitos herdados pelos Estados platinos emergentes. É assim que na disputa entre as Províncias Unidas do Rio da Prata e o Império do Brasil, todas as possibilidades foram analisadas, concluindo-se por aquela que apresentava os menores traumas políticos regionais, a curto prazo, e propiciava os maiores benefícios aos interesses ingleses:

“Todas as vantagens agora existentes, ou que possam ser desejadas no futuro, dependem da segurança da livre navegação do Prata; porque tudo aqui se baseia no comércio e a sua interrupção produz rápida desestabilização e ameaça às intuições políticas do Estado, suas leis e unidade (...) se tal fato ocorresse, poderia ser vantajoso para a Inglaterra oferecer a garantia tão mencionada, a do livre comércio do Rio da Prata, pois essa medida salvaria da ruína às Províncias Unidas e aos vultosos interesses britânicos que sofreriam o mesmo problema” (Carta de Ponsoby a Canning, outubro de 1826).⁹

Inicia-se, assim, a tentativa de estabelecer uma hegemonia estável na região. A política externa inglesa trabalhava em cima das seguintes diretrizes:

I) obter a paz internacional enquanto recuperava sua economia, desgastada com a crise européia;

II) aproveitar os novos mercados que se abriam no mundo, no caso das novas nações latino-americanas, impondo tratados comerciais favoráveis além da presença financeira dos bancos Baring e Rothschild (encaminhando assim o processo de subordinação econômica);

III) participar da Quádrupla Aliança (Áustria, Inglaterra, Rússia e Prússia), visando a paz e o equilíbrio europeu, e vigiando qualquer recada revolucionária na França;

IV) impedir o surgimento de qualquer império naval capaz de contestar-lhe a hegemonia marítima e colonial.

Tudo isto resultava da combinação entre a estabilização do concerto europeu e a política do equilíbrio do poder (*balance of power*), entre a França, Rússia, Áustria e Prússia. Mas o equilíbrio era aparente, pois sua garantia era a ação da potência mundial dirigente, “*vértice da pirâmide do sistema internacional*” (TRÍAS, 1975:44 e KRIPPENDORFF, 1979:116). Assim, a dominação mundial britânica orientava a abertura dos mercados mundiais e a neutralização e separação entre as potências continentais. Nesse sentido, a política inglesa para a América espanhola, assumiu uma posição ambígua. No plano oficial, pressionava a Espanha para que aceitasse uma mediação imparcial entre ela e suas colônias, visando obter a abertura comercial em troca da dissuasão dos ímpetus independentistas, substituindo-os pela aceitação de um status de autonomia limitada dentro do Império espanhol. No plano secreto, concedia apoio político, empréstimos e outras formas de auxílio a serviço dos movimentos anticoloniais (BOERSNER, 1987:97). Sem concorrência da França e dos EUA (enfraquecidos ou impossibilitados no momento), a Inglaterra foi o grande ator externo que acelerou a ruptura colonial na América Ibérica, e sua presença no processo correspondeu às enormes expectativas econômicas que vislumbrava para a região¹⁰. Derrotada a França, a preocupação inglesa passou a ser a contenção das pressões da Santa Aliança e da onda conservadora européia que, ao sustentar as pretensões de retomada de Fernando VII sobre a América, ameaçavam a consolidação do liberalismo na região. Por outro lado, preocupava também a projeção externa dos EUA.

A política externa norte-americana objetivava basicamente: a expansão das fronteiras (sobretudo em direção sul e oeste); a ampliação dos direitos dos neutrais; a obtenção de maior liberdade comercial; a redução de contatos entre a Europa e a América. Visando o espaço hispano-americano, uma

(...) revolução nas províncias adjacentes facilitaria a aquisição de novos territórios; a diminuição da influência européia na região e a quebra da ordem colonial eram decorrências dos movimentos independentistas que muito interessavam aos EUA, além do que, o enfraquecimento da Espanha no continente americano possibilitava a negociação de territórios (e até mesmo a ocupação dos mesmos)” (RIPPY, 1967:1).

Havia também, nos EUA uma grande preocupação com a presença

britânica em território americano. Nesse sentido, a política externa norte-americana, embora sem poder expressar materialmente o seu apoio aos movimentos de independência na mesma proporção com que o fazia a potência inglesa, apresentava-se como simpatizante e solidária com os países emergentes, fórmula encontrada para, de alguma forma, evitar que a Inglaterra fosse o único país beneficiado com a identificação da causa da liberdade e soberania latino-americana (BOERSNER, 1987:66). Ambas as potências coincidiam no estímulo às rupturas coloniais e na abertura econômica dos mercados, porém, eram potencialmente competidoras entre si, embora o poderio econômico inglês fosse muito maior, o que lhe conferia razoável primazia regional. Entretanto, desde as ameaças projetadas pelo Congresso de Viena os EUA tomaram uma posição decidida, refletindo uma preocupação com o futuro político da América e veladamente esboçando a definição de uma certa reserva de mercados. Esta é a leitura que se depreende do enunciado da Doutrina Monroe, divulgado em 1824.

Se Inglaterra e EUA coincidiam quanto à necessidade de estimular a quebra dos monopólios coloniais e à ruptura política regional com as diversas metrópoles européias, isto não diminuía a rivalidade econômica e geopolítica de ambas as potências sobre a América Latina. A ameaça da Santa Aliança, colocava-as lado a lado. Mesmo setores conservadores ingleses vinculados à velha ordem social européia, moderavam seus ataques quando consideravam os interesses econômicos mais prementes do império. A aproximação entre França e Rússia, e o desconforto de ter que aceitar a repressão contra movimentos liberais na Europa, levou a Inglaterra a assumir uma política de não-intervenção no velho continente, e de aproximação aos EUA.

O reconhecimento norte-americano dos novos países, em 1822, obrigou a burguesia inglesa a fazer a mesma coisa (mesmo que isso provocasse atritos com as diretrizes vigentes no concerto europeu). A necessidade de mercados falava mais alto que as vinculações diplomáticas e que o desagrado pelo republicanismo que ganhava espaço na América Latina. O espectro da Santa Aliança era real; já agira na Espanha e desenhava-se por detrás da ambiciosa política do Czar Alexandre I na área americana do oceano Pacífico a partir dos territórios do Alasca¹². A Inglaterra, preocupada com a manutenção do equilíbrio de poder (que significava neutralizar rivais para desempenhar a "Pax Britânica" sem maiores competidores), propôs aos EUA uma declaração conjunta que considerasse irreversível as mudanças políticas regionais ocorridas e assumisse uma posição de força frente a qualquer tentativa de mudança do

status-quo agora vigente (uma correspondência de George Canning, titular do Foreign Office ao Ministro Plenipotenciário dos EUA em Londres, Rush, expunha as preocupações inglesas¹³, e provocaria nos seus desdobramentos, o famoso discurso do Presidente Monroe). A discordância com a oficialização da renúncia à incorporação de ex-colônias espanholas, a discussão sobre os limites geográficos da aplicação do documento e o entendimento de que a Inglaterra não ficaria neutra frente a qualquer agressão conservadora, levaram os EUA a divulgar uma declaração em separado visando provocar impacto internacional e capitalizar simpatias entre os Estados latino-americanos (sabendo-se de antemão de que não estariam isolados em caso de concretizar-se a ameaça da Santa Aliança, pois a Inglaterra não poderia descuidar seus interesses). Enquanto nos EUA se preparava o teor do texto da futura Doutrina Monroe, França e Inglaterra negociavam secretamente o que depois seria conhecido como Memorando Polignac; neste documento a França abria mão de qualquer apoio militar à pretensa intervenção espanhola na América Latina. Muito mais que o tão propalado pronunciamento norte-americano (com a implícita e mascarada reserva futura de mercado), foi a diplomacia inglesa quem garantiu a irreversibilidade da ruptura dos Estados latino-americanos em formação com as metrópoles ibéricas.

A Bacia do Prata no contexto internacional do início do século XIX

A valorização do espaço platino acentuou-se no início do século XIX, crescendo em termos econômicos o interesse pela região. Embora permanecendo as restrições do exclusivismo metropolitano, ocorreram algumas mudanças com as concessões reformistas dos Bourbons, com os benefícios arrancados pela Inglaterra no Tratado de Utrecht¹⁴ e com a criação do Vice-Reinado do Prata em 1777¹⁵.

O crescimento do volume do comércio inglês estimulado pela lógica do seu desenvolvimento industrial, valorizou as potencialidades dos mercados emergentes, assim como fundamentou a desobstrução dos obstáculos que se erigiram como barreiras às novas tendências liberais, características dessa fase do capitalismo em expansão. O mercado platino, no final do século XVIII, compreendia um considerável contingente humano espalhado pela bacia e atingido pelos fluxos internos vinculados a Buenos Aires, nos circuitos alternativos que se corporificavam através de Montevideu, ou no contrabando que através do Atlântico e por via terrestre conectava com a Ilha de Santa Catarina e Rio Grande (sem esquecer o importante antecedente da Colônia do Sacramento).

A questão estratégica era tão importante quanto a econômica (até porque a dinamização desta era melhor realizada a partir da percepção

global daquela), principalmente para a Inglaterra. A construção e consolidação de um império mundial exigia a montagem e manutenção de uma infra-estrutura material e estratégica que proporcionasse a imposição das novas tendências econômicas que lhe eram particularmente favoráveis. Nesse sentido, comércio e poder naval complementavam-se na tarefa de consolidar o capitalismo inglês ao nível mundial.

Na perspectiva do livre comércio, mais interessante do que controlar colônias através de relações diretas de dominação, era acessar as vias fluviais, entrepostos comerciais e pontos de abastecimento. Importante era controlar pontos estratégicos que garantissem a passagem dos fluxos comerciais ou asfixiassem o trânsito de fluxos de forças competidoras. Não foram eles os fatores determinantes na conquista da hegemonia mundial pela Inglaterra, durante o século XIX; entretanto, articulados numa engenharia política global, eram condições para que as vantagens adquiridas na originalidade da industrialização e do desenvolvimento capitalista inglês, ocupassem, de forma mais rápida e eficiente, o mercado mundial que estava sendo esboçado pelo influxo da dinâmica e projeção dos mesmos¹⁶.

A Bacia do Prata representava um vastíssimo território acessível através da rede fluvial existente. Por meio dela avançava a civilização europeia e os ideais liberais, e adequavam-se ou destruíam-se sistemas produtivos locais (de acordo com as necessidades e voracidade da economia mundial emergente). Daí a importância de cidades portuárias como Montevideu e Buenos Aires, ou de entrepostos fortificados como o da Colônia do Sacramento.

No contexto regional, havia ainda a particularidade que dava à Banda Oriental desde o início do século XIX, uma dupla projeção. De um lado, o interesse inglês em aproveitar Montevideu como porto de apoio de penetração do liberalismo na bacia platina em contraposição aos interesses do Império espanhol e do centralismo de Buenos Aires. Do outro, a permanente tensão fronteiriça entre os Impérios ibéricos tendo na Banda Oriental e no Prata, de forma geral, a grande área de atrito. Para a Espanha, a Banda Oriental cumpria o papel de proteção das principais vias fluviais internas no seu curso superior; era a barreira à constante pressão lusitana sobre o litoral platino. Na percepção portuguesa, a Banda Oriental tinha o atrativo de ser a continuação lógica do seu território americano, além, é claro, dos interesses econômicos implícitos mencionados anteriormente. Dentro de tal cenário, Montevideu, embora cada vez mais valorizada pela crescente dinâmica comercial que se realiza a partir dela, continuava sendo reconhecida por aquela que fora a sua finalidade fundacional, a de ser fortificação militar.¹⁷

A fragilidade do império espanhol (no Caribe e no Prata), e a ameaça napoleônica com um hipotético império colonial francês na América, induziram a Inglaterra a assumir ousadas ações extra-europeias consolidadoras do império mundial. Amadurecia uma preocupação vital na percepção da política mundial inglesa: a constatação da inexistência de pontos de apoio no extenso litoral sul-americano, desde a Linha do Equador até o Estreito de Magalhães, o que dificultava as pretensões de controlar o comércio no Atlântico Sul¹⁸. Posteriormente ao insucesso militar no Prata (1807-1808), houve a compensação da abertura do Brasil ao comércio inglês (sinal da diversidade de alternativas de ação global daquela potência). Tal fato teve desdobramentos nas relações com o Prata. Não havendo mais uma necessidade urgente de ocupar pontos estratégicos na faixa atlântica da América do Sul, a política externa inglesa passou a pressionar pela fragmentação do antigo Vice-Reinado. O surgimento do Uruguai enquanto Estado-tampão também se explica pela necessidade de prevenção frente a eventuais estremecimentos nas relações entre a Inglaterra e o Império do Brasil, viabilizando o ponto de apoio regional à geopolítica marítima da potência europeia. Poucos anos após a negociação da independência uruguaia e do fracionamento do litoral platino (impedindo que a Argentina o reclamasse como rio interno), a Inglaterra definiu o controle da Guiana (1831) e, principalmente, das Malvinas (1832), instalando importante base naval após afastar interesses franceses e norte-americanos, assegurando-se o controle sobre o Atlântico sul e sobre as rotas e fluxos comerciais austrais que comunicavam o Atlântico com o Pacífico, e com o Índico. O acesso e controle sobre o Rio da Prata em geral, e Montevideu em particular, integravam a montagem dessa estratégia de alcance global, assentada numa poderosa força naval, e sustentadora, por sua vez, da hegemonia internacional do capitalismo inglês.

INTERESSES INGLESES NA BACIA DO PRATA

Não restam dúvidas do interesse inglês nas possibilidades de lucro no mercado ibero-americano, principalmente a partir das necessidades expansionistas do capitalismo inglês, acrescidas das perdas do mercado das Treze Colônias, e das restrições impostas pela política napoleônica no continente europeu. Portanto, a iniciativa de procurar uma primazia econômica na região não surpreende; mercados e comércio internacional eram prioridade da potência mundial.

O papel da Inglaterra no processo de independência da região rela-

cionou-se com seus interesses econômicos e as ameaças aos mesmos (conflitos militares, bloqueio naval brasileiro aos portos do Prata, desarticulação dos fluxos comerciais e das economias locais, assim como ante a perspectiva da retomada da região pelas ex-metrópoles européias ou pela crescente presença diplomática norte-americana). A defesa do livre comércio e a autodeterminação dos Estados emergentes vinculou-se à consolidação de relações subterrâneas de subordinação econômica manifestadas via endividamento junto a Londres.

Os mecanismos de aproximação às elites locais, penetração e subordinação econômica foram os mais diversos possíveis e obtiveram razoáveis resultados¹⁹. Os desdobramentos da política européia e a circunstancial aliança com a Espanha permitiu benefícios dos quais não se abriu mão após a queda de Napoleão e a retomada conservadora na Europa. A pressão dos industriais, armadores e banqueiros ingleses objetivava uma política externa para a América Latina que consolidasse as relações já existentes. Assim, o volume das exportações ao Prata passou de 730.908 libras esterlinas em 1818, a 1.104.500 em 1824; em relação ao Peru, para o mesmo período, passou de 4.149 para 430.950, enquanto que para o México aumentou dez vezes. Em 1825, o comércio inglês com o conjunto da América Latina atinge 80 milhões de dólares (RENOUVIN, 1982). A vinculação com a oligarquia agromineradora de exportação, inserindo-a indiretamente como beneficiária da dinâmica da economia internacional, permitiu, ao mesmo tempo, conciliar a sustentação da mesma, e a subordinação da sociedade periférica aos interesses do capital industrial inglês. Em 1830, 23% dos investimentos externos da Inglaterra estão na América Latina (e somente 9% nos EUA e 2% na Índia) (TRÍAS, 1989:176). No Rio da Prata, desde 1822, mais da metade das importações da região são oriundas daquela potência, portanto, "(...) eram mercados monopolizados pelos ingleses" (SCALABRINI, 1950:24). Significativamente deve destacar-se que em 1822 as exportações do Prata à Inglaterra eram de 388.338 libras esterlinas (somente nesse ano foram enviadas 957 mil couros de vaca e cavalo); equivalia a quase cem mil libras a mais do que todo o resto das exportações da América Latina à Inglaterra (STREET, 1967:259).

Os conflitos de independência atingiram o comércio internacional. A existência de ingleses, tanto na frota das Províncias Unidas quanto na brasileira, atestavam a forte presença inglesa na região platina e no Império do Brasil. A necessidade de acabar com a crise que atingia o seu comércio regional levou a potência mundial a reconhecer a nova realidade política, buscar soluções conciliatórias e a regulamentar o comércio, conferindo status legal e posição responsável aos novos Estados sul-americanos.

Um segundo interesse na região foi a propalada defesa dos súditos ali instalados; em realidade, isto foi uma eficiente justificativa permanentemente instrumentalizada pelas intervenções européias. Servir de argumento para a intervenção foi uma das finalidades desempenhadas por esses núcleos estrangeiros; mas a principal era a de promover a aproximação da elite e administração local com Sua Majestade. No início da década de 20 alguns milhares de súditos em ambas as margens do Rio da Prata ocupavam posições diversas, tanto no sistema mercantil-produtivo, quanto na escala social de influências²⁰. A comunidade inglesa estava permanentemente em contato com a representação diplomática de Londres e com as autoridades que comandavam a estação naval britânica no Prata, e funcionava como grupo de pressão e autodefesa intermediando, geralmente, as relações econômicas e os debates políticos entre os governos locais e a potência mundial. As idéias britânicas circulavam com enorme facilidade atingindo diretamente a elite local. Tudo acompanhado por invejável situação de impunidade, materializada posteriormente em acordos bilaterais, que afrontavam diretamente a soberania das autoridades e da justiça local. Não foram poucos os ingleses que acionaram o corpo consular para garantir a sua segurança e das suas propriedades, provocando o constrangimento das autoridades locais que, em momentos de crise política interna, garantiam aos cidadãos ingleses o que não podiam fazer à população nativa.

O terceiro elemento que movia a Inglaterra na região platina era a procura de um mecanismo que possibilitasse sua permanência no Prata, independentemente dos acontecimentos políticos internos das Províncias Unidas e do Brasil, ou entre si. O vigoroso comércio existente na bacia aberta, sustentado pelos centros urbanos estrategicamente situados para a questão abastecimento-consumo, devia ser consolidado. Desde meados da década de 20, a diplomacia inglesa difundia a fórmula do status de cidade hanseática para Montevidéu. Segundo Real de Azúa, com este mecanismo a Inglaterra pretendia ter a chave do Rio do Prata como possuía a do Mediterrâneo e do Báltico; o autor fala numa espécie de Gibraltar sul-americana (1991:369). A Inglaterra contava com o apoio do setor urbano mercantil da Banda Oriental, e até do Império do Brasil, que oferecera trocar Montevidéu e seus arredores pelo resto da Cisplatina. Quem denunciava isso era a diplomacia norte-americana na região, que através do representante Forbes, rejeitava o que considerava ser a instalação de uma “colônia disfarçada” (WEBSTER, 1944:104). O tempo e os fatos permitiriam adequar o projeto da cidade hanseática ao do Estado-tampão .

Em quarto lugar estava o status e o papel de grande potência mundial, que precisava ser sustentado sempre que questionado. Historicamente o Império espanhol sofrera com a presença marítima inglesa. Seu sistema comercial fora atingido, pelos ingleses, no Mediterrâneo (onde Gibraltar fechava-lhe as saídas de Cádiz), nos mares da Índia (pelas esquadras ancoradas no Ceilão) e no Caribe (onde desde Trinidad e Jamaica eram atacados seus comboios). A desagregação do império colonial espanhol levou a Inglaterra a ocupar novas praças ou subordiná-las dentro da lógica de manutenção de um cinturão mundial de poder. Vázquez Franco dá inúmeros testemunhos da importância dessa presença nos acontecimentos locais ou internacionais do Prata (1986:76). A frota britânica, espalhada nos portos do hemisfério sul, teve um papel ativo nas questões econômicas e políticas. No Rio da Prata sempre houve um navio de guerra inglês fortemente armado (o *Superb*, o *Brazen*, e o *Britto* são alguns dos que mantinham a bandeira inglesa no estuário platino controlando todo o movimento do litoral oriental e argentino). Dentro da estratégia da ingerência, a constatação da existência de um equilíbrio regional de poderes entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro, levou à política de implementação dos Estados-tampões reguladores. Ou seja, evitar a consolidação de fortes conjuntos nacionais (como efetivamente manifestava-se no Prata), pois poderiam ser barreiras ao acesso aos recursos potenciais. É nesta perspectiva que deve ser entendida a mediação diplomática inglesa na região platina, a partir de 1826. A balcanização (enquanto fragmentação), foi um recurso reiterado da política externa britânica²¹. Desagradava a esta, a possibilidade de vislumbrar uma única potência controlando o extenso litoral entre a Tierra del Fuego e o Rio Grande do Sul (tornando a hidrografia platina uma bacia interna), ou talvez a existência de um litoral maior ainda, controlado somente pelo Império do Brasil e Buenos Aires:

*(...) a Europa não consentirá jamais que somente dois Estados, o Brasil e a República Argentina, sejam donos exclusivos do litoral oriental da América do Sul, desde além do Equador até o Cabo de Hornos*²².

Alguns anos mais tarde esta pretensão inglesa seria confirmada no próprio Parlamento²³, mas isto não significava que não tivesse havido uma análise mais criteriosa para saber das possibilidades reais de auto-sustentação de uma unidade independente com o perfil de tampão. Ou seja, a leitura realizada apontava para a existência de elementos próprios que

compensariam um caráter mais artificial frente as decisões que a Inglaterra precisava encaminhar para solucionar o impasse regional da melhor maneira possível para seus interesses:

*A Banda Oriental é quase tão grande como a Inglaterra, tem o melhor porto do Prata, o solo é particularmente fértil, o clima o melhor. Muitos dos seus habitantes têm grandes posses, são tão cultos como qualquer pessoa de Buenos Aires e muito capazes de constituir um governo independente, provavelmente tão bem administrado e conduzido como qualquer governo da América do Sul*²⁴.

A Banda Oriental independente poderia ser o instrumento de neutralização para evitar a ruptura do equilíbrio regional. Assim, a Inglaterra assumiu sem nenhuma dificuldade o fato de ser a única potência internacional que podia “auxiliar” a crise política regional²⁵. Esse papel fora conquistado durante décadas de consolidação de uma política externa sustentada na hegemonia da burguesia comercial-industrial.

A livre navegação dos rios, da qual se falou anteriormente, foi uma obsessão da geopolítica britânica durante o século XIX²⁶. No Rio do Prata manifestou-se de forma evidentemente aguda, sendo uma quinta motivação dos interesses ingleses pela região. As vantagens comerciais de utilização das vias internas platinas eram ressaltadas permanentemente pelo enviado especial Lord Ponsonby. Ele pressionou o seu governo para, na crise platina, garantir somente a livre navegação da rede fluvial. Impressiona a dimensão que adquire esta questão na documentação oficial. O expansionismo brasileiro era temido, pois pensava-se que poderia provocar um acordo com potências rivais da Inglaterra, o que preocupava às autoridades britânicas, como bem o demonstra a correspondência a seguir, de Lord Ponsonby a Dudley, em 18/01/28:

(...) os brasileiros acreditam que, uma vez donos permanentes do litoral inteiro da América do Sul, desde o Amazonas até o Prata, e podendo estabelecer entrepostos no litoral africano, poderiam prejudicar seriamente o comércio da Inglaterra com a Índia, a China, toda a Ásia Oriental, e o Pacífico. Imaginam que isso poderia fazer-se ainda com uma marinha bastante reduzida, através de cruzeiros, empregando-os na captura de todos os traficantes que se atrevessem a arriscar viagem sem comboio e fazendo, portanto, demasiado alto o custo do comércio para continuar a sua realização.

A falta de habilidade e de valor entre os imperiais, não oferece motivos de alarme pelo que eles sozinhos representam contra os direitos e interesses britânicos, mas não nos faltam rivais invejosos e inimigos bastante que ajudariam, se pudessem, a diminuir o nosso poder.

Se aos brasileiros se lhes consentisse incorporar a Banda Oriental e o Rio da Prata a seu Império, além do que já possuem, poderiam, em qualquer tempo, dar facilidades de tal natureza à França, que poderia atacar com vantagens os interesses marítimos da Inglaterra.

(...)

Se o imperador buscasse a ajuda da França e lhe entregasse todos os portos da América do Sul, a França, sem dúvida, poria em perigo uma imensa parte do nosso comércio através de uma guerra marítima de depredação nessas regiões. Os portos principais do Brasil são fáceis de defender. O valor e a habilidade francesa os sustentariam e o distanciamento da base de recursos em que a Inglaterra ficaria, dificultar-lhe-ia muito mais a sua reação (...) (HERRERA, 1974, tII).

O trecho citado mostra concretamente a percepção das ameaças que pairavam sobre o seu domínio mundial, sobre o específico comércio regional (platino, mas também sul-americano), e sobre uma questão pouco lembrada, principalmente pela historiografia uruguaia: o interesse em possuir uma base de operações como ponto de apoio para o “dominium” mundial. Nesse sentido, houve uma dupla leitura sobre o cenário comercial regional da bacia (por onde circulavam os diversos fluxos comerciais): aquela que derivava da sua subordinação e exploração, e a que avaliava a possibilidade de todo esse potencial econômico e estratégico ficar em mãos de uma potência competidora no plano da disputa econômica mundial.

Um último elemento a ser destacado como móvel da política externa britânica foi a procura de estabilidades regionais que permitissem o exercício da supremacia mundial para garantir o livre comércio e o liberalismo de forma geral. As negociações e o recurso à diplomacia foram privilegiados na consolidação da política de equilíbrio (o que não significa negar o recurso à força naval e militar ou à ingerência política quando fosse mais conveniente para garantir os interesses econômicos e estratégicos) (KAPLAN, 1974:123). Canning já havia definido o que seriam as diretrizes e objetivos da política mundial inglesa²⁷. Essas diretrizes permeavam também, as ações no Prata. Frente ao crescente confronto entre o Brasil e as Provín-

cias Unidas, a diplomacia inglesa manifestava o descontentamento com o prejuízo que isso implicava para o comércio regional. A ameaça atingia também interesses produtivos da região. Na segunda metade da década de 20 havia um enorme estoque que não se conseguia desovar em função do conflito. A deterioração do mesmo, a diminuição sensível do volume exportado, além da existência de bloqueios e ataques de corsários levou a potência mundial a pressionar os atores regionais no sentido de acabar com o conflito (fora a pressão de grupos econômicos localizados nos principais portos da própria Inglaterra, que não pretendiam esperar por soluções locais).

A pacificação intermediada pela Inglaterra assegurava-lhe a supremacia comercial e a preponderância sobre a região frente às outras potências européias, assim como orquestrava a existência de um país que, aparentemente, devia ter autonomia frente aos países vizinhos. Obtinha também, maior mobilidade para defender seus interesses na região e impedia que a Bacia do Prata fosse controlada por Estados regionais potencialmente ameaçadores. Portanto, para estabilizar o comércio e poder comportar-se como nação hegemônica, a Inglaterra precisava de uma “normalidade” política que inexistia no Prata até o final da década de 20. Daí o surgimento da idéia de um “Estado-tampão”, materializado em 1828. Tal solução era duplamente interessante para a Inglaterra: pensava-se acabar com a instabilidade política na região, e garantir a livre navegação dos rios em toda a Bacia do Prata. A independência do Uruguai não resultou de uma invenção britânica. Porém, o papel da potência mundial foi fundamental no desenvolvimento histórico das condições da conjuntura platina e na sobreposição dos interesses internacionais que viabilizaram a independência da Banda Oriental.

A paz, a estabilização, o crescimento comercial e a livre navegação dos rios foram questões prioritárias para a mediação diplomática no conflito que acontecia sobre a Banda Oriental. A compreensão de que a solução passava pelo reconhecimento de uma outra entidade política, resultava da análise e percepção maior que se tinha sobre toda a região (mesmo que tal entidade não suprisse as condições necessárias para assumir-se, por seus próprios meios, como Estado constituído; daí a formulação do Estado-tampão com o seu perfil de fragilidade)²⁸.

A INGLATERRA E A NEGOCIAÇÃO DO ESTADO-TAMPÃO PLATINO

A estratégia inglesa de materializar um “Estado-tampão” no Prata associou-se a outra prática das relações internacionais dos séculos XVIII

e XIX, a ação da “balcanização”²⁹. No intuito de esvaziar as ameaças concretas dos diversos projetos de “Pátria Grande”, construídos durante a década de 10, fosse em função do ideário de Bolívar, San Martín ou do próprio Artigas, estimulou-se a política do *“divide et impera”*. A desintegração latino-americana foi o caminho mais curto para a subordinação das economias regionais aos interesses do capital inglês (ARES PONS, 1961:20). A “balcanização” surgiu como estratégia adequada para esvaziar um nacionalismo integrador. Tratar com Estados fracos era mais interessante para as potências européias do que negociar com unidades que tivessem a configuração dos antigos Vice-Reinados espanhóis. A independência do Uruguai, num espaço espremido entre os emergentes Estados argentino e brasileiro e que controla o livre trânsito da rede fluvial platina, constituiu um caso exemplar do aproveitamento da existência de conflitos regionais para fragmentar projetos políticos mais ambiciosos³⁰. No Prata, a “balcanização” combinada com o Estado-tampão trouxe vantagens concretas para a potência hegemônica: libertou o porto de Montevideu (considerado na época como o melhor da região) da subordinação de Buenos Aires; dividiu o litoral platino entre duas administrações soberanas; abriu as rotas comerciais para o interior da região, evitando a possibilidade de controle por um só país; criou uma cunha entre o Brasil e a Argentina, diminuindo os obstáculos para uma maior penetração do comércio britânico na região; e colocou como tributário o novo e frágil Estado platino. As palavras de Lord Ponsonby sintetizam com extrema lucidez a aplicação dessa estratégia no Prata ao referir-se à independência do Uruguai; *“(...) colocamos um algodão entre dois cristais”* (TRÍAS, 1989:180). Nem Província Cisplatina nem Banda Oriental.

(...) uma terceira entidade mais importante que os dois beligerantes intrometeu-se na luta e reclamou Montevideu como necessária também à integridade dos seus domínios. Essa entidade era a civilização (...); no século passado ‘civilização’ era o nome do imperialismo. O Uruguai não é filho da fronteira, senão do mar, e o mar era inglês. Este necessitava uma cidade “hanseática”: Montevideu e o seu território (METHOL FERRÉ, 1973:36).

A idéia de Montevideu como cidade hanseática, lembrada por Methol Ferré, insere-se na mesma lógica de ação da potência mundial que utilizou mecanismos diversos, de acordo com seus interesses e variações conjunturais: envolvendo-se nas independências e vitórias do liberalismo latino-americano; interferindo na Europa (conflito búlgaro-turco nos anos

20, Guerra da Criméia em 1854-56); estimulando processos de balcanização; apoiando nacionalidades européias (Grécia, Bélgica) que enfraqueciam competidores políticos; impondo ações punitivas na periferia; e criando Estados-tampões. Tais ações foram importantes para preservar mercados, controlar vias marítimas, sustentar importante infra-estrutura de bases fortificadas, estações de carvão e feitorias comerciais dessa “Pax Britânica”. Num mar mundial de possessões inglesas, onde destacavam-se a Índia e os entrepostos da África do Sul, surgia no Prata a imagem do porto alternativo de reabastecimento como mais um elemento motivador da avaliação e viabilização daquela possível pequena unidade autônoma. A Banda Oriental independente encaixava-se na rede mundial de apoio do comércio inglês.

A história do século XIX confirmaria que a criação de um pequeno Estado entre os dois grandes vizinhos, Brasil e Argentina, funcionaria, não como colchão para atenuar as divergências entre aqueles, mas como “*eterno pomo da discórdia*”, acirrando rivalidades, debilitando-os com guerras intermináveis e adiando qualquer possibilidade de alinhamento por um projeto político de interesse conjunto (IRAZUSTA, 1963:54).

A dificuldade da Argentina e do Brasil, na segunda metade da década de 20, em chegar a um acordo em relação à Banda Oriental favoreceu a tese da autonomização total da mesma; o que correspondia então às forças norteadoras da política externa inglesa. Sem ignorar os localismos e a experiência artiguista, que deram um alto grau de consciência política a uma autonomia que lutou permanentemente contra forças invasoras, é necessário articular a Convenção Preliminar de Paz de 1828, que originou o Estado uruguaio, com o contexto mundial, e neste, encontramos uma potência hegemônica que visava uma política internacional de equilíbrio de poderes. Os Estados-tampões faziam parte do esquema do equilíbrio mundial; este esquema, na América Latina, expressava-se no esvaziamento de projetos nacionais que pudessem comprometer a segurança e a estabilidade dos interesses ingleses, sendo os Estados-tampões possibilidades de regulação local ou regional e amortizadores de tensões de potências em confronto direto. O caso uruguaio não é único e é interessante citar como ilustração que na Europa, no mesmo período, 1830, a Inglaterra também mediou a independência da Bélgica frente à Holanda com a fórmula do Estado-tampão (o mediador inglês foi o mesmo que atuou na questão uruguaia, Lord Ponsonby).

Portanto, é nesta perspectiva e neste contexto que devem ser vistas as peculiaridades do surgimento do Estado uruguaio. Na lógica da dinâ-

mica internacional da primeira metade do século XIX, o Uruguai é mais um dos Estados-tampões a exercer o papel de amortecedor de tensões.

Para a argumentação da identificação do Uruguai como Estado-tampão (que externa uma série de expectativas desde o ponto de vista dos interesses britânicos), a questão sobre a origem da idéia da independência é secundária. Mesmo assim, identificá-la é importante pois entendemos que ela também é orquestrada pela diplomacia britânica. Diversos autores³¹ já demonstraram, através de exaustiva consulta à documentação do período, que na sucessão de fatos políticos e intercâmbio de notas diplomáticas e confidenciais, o primeiro a fechar com a idéia de uma independência oriental é Lord Ponsonby na correspondência a Canning (20/10/26)³². E essa era uma orientação recebida ao assumir a missão de negociação no Prata. Portanto, a documentação refuta a tese de que desde o início do movimento dos "Trinta e Três Orientais" contra o domínio cisplatino, já havia setores orientais defendendo a idéia da independência. Benglio Valdes, tentando colocar-se a meia distância dessa tese e da tese da predominância inglesa sobre a independência oriental, lembra corretamente da existência de um forte autonomismo, da importante influência inglesa, assim como da rivalidade e crise de hegemonia regional brasileiro-argentina. Conclui então, que: "*O Uruguai nasce independente pela conjunção de todos esses fatores*". Mas acrescenta em seguida: "*Foi a ação orquestrada pela refinada intuição diplomática de Lord John Ponsonby o que fez, dessa possibilidade, uma realidade*" (1987:115). Entendemos que não se trata de reproduzir uma discussão apaixonada sobre a autoria da idéia da independência, mas reconhecer que a Inglaterra já pensava nesta hipótese, o que era pertinente dentro do quadro mundial de influências e ingerências político-econômicas que extravasava através da sua política internacional. E neste ponto, não há dúvida de que se trata de uma idéia inglesa. Em segundo lugar, a idéia de independência vem acompanhada de um perfil político de Estado-tampão (na forma de cidade hanseática e com o objetivo de ser "algodão entre cristais"). Finalmente, e sem desconhecer as especificidades históricas locais, sem a intervenção da diplomacia inglesa, a independência uruguaia poderia não acontecer naquele momento, pois não estavam descartadas, nem a possibilidade de um fortalecimento do federalismo das Províncias Unidas a partir do grupo político de Dorrego, nem a persistência da idéia de cisplatinização do território oriental por parte do Império do Brasil.

Portanto, o papel da Inglaterra é decisivo no surgimento do Estado uruguaio nesse momento? Entendemos que sim. Até porque, além de todo

o envolvimento direto com as negociações diplomáticas e pressões da sua força econômica, também teve importante parcela de responsabilidade nas questões que podem ser consideradas especificidades da dinâmica histórica regional. A fragmentação do poder colonial espanhol e o estímulo aos particularismos regionais tiveram evidente contribuição inglesa. E se as Províncias Unidas e o Império do Brasil não conseguiram impor-se um ao outro para apropriar-se da Banda Oriental naquele momento, isto também deveu-se à existência de problemas e contradições internas naqueles países alimentados, diretamente ou não, pelos interesses de Londres e pela inserção daqueles Estados emergentes num mercado mundial cujas diretrizes gerais estavam vinculadas ao desenvolvimento do capitalismo industrial inglês.

A complexidade do quadro das relações internacionais do período acaba apontando para uma intensa rivalidade entre as principais potências européias com desdobramentos sobre o território americano. A potência britânica se impôs às decadentes potências ibéricas, derrotou o desafio maior representado pelo projeto expansionista da França napoleônica e interpôs-se, decididamente, entre o cenário das independências americanas e as pretensões e ameaças da Europa da restauração conservadora. Toda esta ação sustentou-se a partir de uma perspectiva mundial que teve implicações específicas pertinentes aos seus interesses regionais. O protagonismo da potência mundial e sua aguda ingerência no desenvolvimento histórico latino-americano do século XIX foram sinais evidentes da importância econômica e estratégica desta região na engenharia imperial britânica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA SANCHEZ, José. *El imperialismo capitalista*. Barcelona: Blume, 1977.
- ALONSO, Rosa. *Hacia la consolidación del Uruguay (1875-1904)*. IN: PARÍS, Blanca, SALA, Lucía, ALONSO, Rosa. *De la colonia a la consolidación del Uruguay*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1978.
- ARES PONS, Roberto. *Uruguay: ¿Provincia o nación?* Buenos Aires: Coyoacán, 1961.
- BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.
- BLENGIO VALDES, Mariana. *Lord Ponsonby: la independencia de la República Oriental del Uruguay*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1987.

- BOERSNER, Demetrio. *Relaciones internacionales de América Latina*. Caracas: Nueva Sociedad, 1987.
- CORONEL MALDONADO, Luis E. *Lord Ponsonby y la independencia del Uruguay*. Montevideo: Proyección, 1987.
- HERRERA, Luis Alberto de. *El Uruguay internacional*. Montevideo: Trandínco, 1988.
- HERRERA, Luis Alberto de. *La misión Ponsonby: la diplomacia británica y la independencia del Uruguay*. Buenos Aires: EUDEBA, 1974. 2t.
- IRAZUSTA, Julio. *Influencia económica británica en el Río de la Plata*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1963.
- KAPLAN, Marcos. *Formação do Estado Nacional na América Latina*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- KRIPPENDORFF, Ekkehart. *História das relações internacionais*. Lisboa: Antídoto, 1979.
- MARTÍNEZ, Cristina, ALCOBA, Carlos. *La revolución popular artiguista: surgimiento, apogeo y frustración (1811-1829)*. Montevideo: Las Bases, s.d.
- METHOL FERRE, Alberto. *Geopolítica de la Cuenca del Plata*. Buenos Aires: Peña Lillo, 1973.
- PARÍS, Blanca, SALA, Lucía, ALONSO, Rosa. *De la colonia a la consolidación del Uruguay*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1978.
- PARÍS, Blanca, Colonia y Revolución. IN: PARÍS, Blanca, SALA, Lucía, ALONSO, Rosa. *De la colonia a la consolidación del Uruguay*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1978.
- REAL DE AZÚA, Carlos. *Los orígenes de la nacionalidad uruguaya*. Montevideo: Arca, 1991.
- RENOUVIN, Pierre. *Historia de las relaciones internacionales*. Madrid: Akal, 1969.
- REYES ABADIE, Washington. *Conquistadores y colonizadores*. Montevideo: Ed. Reunidas e Ed. Arca, 1968.
- RIPPY, Fred, J. *La rivalidad entre Estados Unidos y Gran Bretaña por América Latina (1808-1830)*. Buenos Aires: EUDUBA, 1967.
- SCALABRINI ORTÍZ, Raul. *Política británica en el Río de Plata*. Buenos Aires: Hechos e Ideas, 1950.
- SILVA, José Luis Werneck da. *As duas faces da moeda: a política externa do Brasil monárquico: (1831-1876)*. Rio de Janeiro: UNIVERTA Universidade Aberta, 1990.
- STREET, John. *Gran Bretaña y la independencia del Río de la Plata*. Buenos Aires: Paidós, 1967.
- TRAVERSONI, Alfredo. *La independencia y el Estado oriental*. Montevideo: Ed. Reunidas e Ed. Arca, 1968.
- TRÍAS, Vivian. *La rebelión de las orillas*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1989.
- VÁZQUEZ FRANCO, Guillermo. *Omnipotencia de la omnipresencia inglesa en el Río de la Plata*. In: Cuadernos de Marcha. Montevideo, n.14, 1986. p.75-85

- WEBSTER, C. K. *Gran Bretaña y la independencia de la América Latina 1812-1830*. Buenos Aires: Editorial Guillermo Kraft, 1944, t.1.
- WINN, Peter. *El imperio informal británico en el Uruguay en el siglo XIX*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1975.

NOTAS

1. A origem da "cláusula da nação mais favorecida" remonta à imposição do Tratado de Londres, em 1604, após a destruição da Armada Invencível pela Inglaterra; o reconhecimento pela Espanha do livre trânsito marítimo, depois exigido pela Holanda e pela França, começou a solapar as bases do seu rigoroso exclusivismo colonial. Doravante, será uma forma de legitimar o espólio sobre o vencido ou sobre os atores internacionais mais frágeis.
2. A partir de 1797, com a ocupação da ilha de Trinidad, a Inglaterra estimulava revoltas na Venezuela. Posteriormente, a retomada dos conflitos na Europa, em 1804, leva a potência a elaborar conjuntamente com Francisco de Miranda, um plano de desestabilização geral dos principais centros do poder espanhol na América, comprometendo-se a não anexar territórios e conformando-se com a abertura comercial dos Estados resultantes. Tal plano não foi aplicado; a Rússia, aliada contra a França, ao procurar uma reaproximação da Inglaterra com a Espanha visando atraí-la como aliada, esvaziou aquele projeto.
3. A derrota militar não invalidou a ação. Primeiro, porque permitiu conhecer, embora durante poucos meses de ocupação, as potencialidades econômicas dos portos e da região; segundo, porque acentuou as tendências liberais ali existentes. Portanto, serviu como fator de amadurecimento de um processo que já iniciava.
4. Em relação à importância da presença inglesa no Prata, Blanca París destaca-a como elemento acelerador da desestruturação do monopólio na região: "(...) fundamentalmente, as invasões deixam seqüelas inquestionáveis que vão além de uma simples ocupação militar: a prática efetiva do livre comércio e a queda das taxas alfandegárias. Livre comércio significa, no início do século XIX, negociar com a Inglaterra...)". ALONSO, Rosa. *Hacia la consolidación del Uruguay (1875-1904)*. IN.: PARÍS, Blanca, SALA, Lucía, ALONSO, Rosa. *De la colonia a la consolidación del Uruguay*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1978, p.27.
5. Diz Rippy que os espanhóis foram informados de "(...) que a abertura dos mercados hispano-americanos aos produtos ingleses era absolutamente necessária para a efetiva cooperação britânica na importante tarefa de expulsar os franceses da península espanhola". RIPPY, Fred J. *La rivalidad entre Estados Unidos y Gran Bretaña por América Latina (1808-1830)*. Buenos Aires: EUDEBA, 1967. p.3.
6. A situação inglesa era delicada. Devia limitar as ações emancipacionistas a uma negociação por autonomia na medida em que a Junta de Sevilha pas-

sava a ser uma aliada contra Napoleão. Mas temia-se que as lideranças da insurreição recebessem apoio francês.

7. Segundo Krippendorff, a orientação continental assumida pela França, abandonava o controle da periferia à Inglaterra enquanto tentava criar um processo de rápida industrialização a partir do controle político-econômico sobre o continente, procurando viabilizar uma grande unidade de produção e mercado. Entretanto, o perfil econômico agrícola e comercial francês marcou os limites e possibilidades de uma radical transformação. A França não tinha um parque industrial com potencial de produção para substituir a ausência dos manufaturados ingleses provocada pelo bloqueio, nem a capacidade de absorver a produção primária das diversas economias nacionais englobadas na ordem napoleônica (produções muitas vezes semelhantes à francesa e impossibilitadas de atingir os mercados extra-europeus fechados pelos navios ingleses). Assim, o contrabando e as dissidências na manutenção do bloqueio aconteceram. Nem as colônias, nem o comércio internacional estavam à disposição da França como locomotivas do crescimento econômico. KRIPPENDORFF, Ekkehart. *História das relações interanacionais*. Lisboa: Antídoto, 1979. p.111.
8. Scalabrini considera como ‘política invisível’ aquela que mascara o teor do intercâmbio britânico-argentino em nome do comércio, da amizade e dos princípios da liberdade e do liberalismo: a Inglaterra intermedia a crise, pretensamente, em benefício de todos. Peter Winn, por outro lado, aponta para a existência de um “império informal” expresso através da implantação de mecanismos econômicos que prescindem de uma dominação político-administrativo-militar no estilo colonial. Tanto um quanto o outro levantam a máscara das boas e civilizadas intenções do império que encobria os elementos que depois da segunda metade do século XIX seriam constitutivos do imperialismo. Em síntese, a política invisível da qual fala Scalabrini é a mesma implícita no império informal de Winn. Ver: SCALABRINI ORTIZ, Raul. *Política britânica en el Río de la Plata*. Buenos Aires: Hechos e Ideas, 1950; WINN, Peter. *El imperio informal británico en el Uruguay en el siglo XIX*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1975.
9. MARTÍNEZ, Cristina e ALCOBA, Carlos. La revolución popular artiguista. *Montevideo: Las Bases, s/d*.
10. Ver o artigo de Vázquez Franco “Omnipotencia de la omnipresencia inglesa en el Río de la Plata”. *Cuadernos de Marcha*, Montevideo n. 14, p. 75-85, dic/1986.
11. *Em 1811 era aprovada a “lei de transferência”. O Congresso dos EUA considerava que havia um vazio de poder provocado pelo enfraquecimento espanhol na região (principalmente nas fronteiras com os EUA), e grande possibilidade de preenchimento do mesmo pela Inglaterra ou pela França (existia o precedente da compra da Louisiana). Sendo esses territórios contíguos a zonas de intensos interesses estratégicos e comerciais norte-americanos, justificavam-se medidas preventivas, como a ocupação dos territórios ao sul da Geórgia e no Mississipi enquanto se negociava o futuro*

dos mesmos. Sem dúvida, constituía um precedente para a Doutrina Monroe. (TRÍAS, Vívian. Historia del imperialismo norteamericano. Buenos Aires: Peña Lillo, 1975, t.1).

- 12..“Em 1821, um decreto do Czar Alexandre I estendeu os limites do mar territorial russo até 100 milhas italianas frente ao litoral do Alasca, deslocando-as até o paralelo 51. Proibia-se a navios de outras nacionalidades penetrar, declarando “mare clausum”, as águas desde ali até o Estreito de Behring. A medida equivalia a um avanço do imperialismo russo do Alasca até o Oregon. Portanto, os EUA sentiam a pressão da Santa Aliança também pelo noroeste. Frente às pretensões territoriais e marítimas russas, o Presidente Adams reagiu, comunicando ao Czar que os EUA sustentavam o princípio de que o continente americano não devia ser objeto de novas colonizações européias”. (BOERSNER, Demetrio. op. cit., p. 102, e TRÍAS, Vívian, op. cit., p.49).
13. “Muito estimado senhor: Antes de sair da cidade quero deixar de forma precisa, embora sempre de forma extra-oficial e confidencial, minhas idéias sobre a questão que discutimos brevemente na última ocasião em que nos vimos.

Não terá chegado o momento dos nossos governos concluírem um acordo sobre as colônias hispano-americanas? Se podemos ultimar esta negociação, não seria conveniente para nós e benéfico para o mundo inteiro que os princípios que pautam nosso pacto fossem conhecidos de forma precisa?

Pelo que nos diz respeito, nada há de oculto.

1) Consideramos impossível a reconquista das colônias pela Espanha.

2) Consideramos que a questão do reconhecimento espanhol dos novos Estados independentes está sujeita ao tempo e às circunstâncias.

3) Não estamos dispostos a colocar obstáculos para um acerto entre eles e a pátria mãe, via negociações amistosas.

4) Não pretendemos apropriar-nos de nenhuma porção dessas colônias.

5) Não ficaríamos indiferentes se uma parte delas passasse ao domínio de outra potência.

Se houvesse outra potência européia que acariciasse outros projetos ou quisesse apoderar-se das colônias pela força, com o fim de subordiná-las à Espanha ou em nome dela, ou se apropriasse delas para si mesma, a declaração do seu governo e do meu seria o meio mais eficiente para nossa desaprovação comum contra tais projetos (...). Carta de 20 de agosto de 1823. Apud TRÍAS, Vívian, 1975:45.

- 14 Por exemplo, o beneplácito espanhol para o “navio de permiso” e o “asiento negrero”, o que na prática significava franquear a entrada legal, embora restrita, do comércio inglês nos portos do Prata.
15. Além de descentralizar a administração metropolitana sediada em Lima, fazia com que Buenos Aires, capital da nova unidade colonial favorecida por uma geografia privilegiada, atraísse outros centros econômicos a sua esfera de dominação. Desta forma, o Paraguai, a Banda Oriental, o Alto Peru, as Províncias de Córdoba e Tucumán, e até o Chile, mantinham em maior ou

menor grau, ligações com rotas comerciais que confluíam em Buenos Aires (e respingavam em Montevideú).

16. Gibraltar e o Canal de Suez são exemplos de pequenas áreas estratégicas que viabilizam, em momentos diferentes do processo de internacionalização do capitalismo, a integração subordinada de mercados sob a perspectiva da competição conflitiva entre iguais; ou seja, assumem um papel importantíssimo na configuração e manutenção de um império mundial num quadro potencialmente perigoso de conflitos inter imperialistas (fenômeno correspondente à dinâmica do período final do século XIX e daí por diante).
17. A maior presença inglesa na região, fundamentada no incremento das possibilidades comerciais, passa também pela leitura do ponto estratégico que Blanca París aponta na origem de Montevideú: inibir o avanço português sobre o Rio da Prata, defender a entrada do rio e ser enclave estratégico na rede de defesa implantado na faixa litorânea que se estende desde a desembocadura do Rio Uruguai até a Lagoa Mirim (op cit., p.19). Para a potência inglesa é extremamente atrativa a existência e a possibilidade de instrumentalizar um centro comercial excepcionalmente situado que também é forte praça militar e importante ancoradouro naval.
18. Desde o último terço do século XVIII, a Inglaterra procura sem sucesso um ponto de apoio no litoral patagônico. A guerra contra Napoleão e seus aliados permitirá, em 1806, atacar a colônia holandesa do Cabo e exercer o controle sobre o lucrativo comércio Europa-Ásia via Cabo da Boa Esperança.
19. Expedições científicas, viajantes, agentes comerciais e financeiros, diplomatas, todos produzem informação, investimentos e contatos políticos. O capital inglês promove a mercantilização da sociedade e dinamiza a monopolização da importação-exportação; instituições financeiras agilizam a consolidação do perfil pretendido. O deslocamento de súditos que desempenharão funções diversas mas essencialmente urbanas (comerciantes, profissionais liberais, oficiais militares e navais, operários qualificados, mineiros e agentes diplomáticos, entre outros), estreitarão ligações com Londres, manipulando informações e promovendo significativa mudança de valores culturais. KAPLAN, Marcos. *Formação do Estado Nacional na América Latina*. Rio de Janeiro: Livraria Eldorado Tijuca, 1974, p.121.
20. A comunidade inglesa organizava-se em clubes sociais fechados aos nativos (centros sociais, de organização mercantil e financeira, etc). Em Buenos Aires, por exemplo, existia o "*British Commercial Subscription Room*"; seus membros reuniam-se nas dependências de um hotel de propriedade de um inglês, onde circulavam jornais e livros ingleses. Como faziam na Índia com os nativos, aqui não admitiam *criollos* dentro do seu círculo.
21. Quando as elites locais se mostraram confiáveis, como através delas era mais fácil exercitar o controle e homogeneizar grandes espaços geográficos, a diplomacia britânica, com indisfarçável pragmatismo, apoiava a consolidação de unidades políticas maiores. Era o caso do Império do Brasil. Portanto, a política de balcanização não deve ser vista como recurso permanente embo-

- ra sua utilização fosse comum. Ver REAL DE AZÚA, op. cit., 1991, p. 379.
22. *Lord Ponsonby. Apud REAL DE AZÚA, Carlos. Los orígenes de la nacionalidad uruguaya. Montevideo: Arca, 1991, p.367.*
 23. Em 1848, numa sessão legislativa, Lord Harroby lembrou que *“a formação do Estado oriental respondera ao duplo propósito de impedir que as duas margens do Prata pertencessem a um só país, e de criar uma zona intermediária entre o Brasil e a Argentina (...)”* REAL DE AZÚA, Carlos. *ibidem.*
 24. Carta de Lord Ponsonby ao chanceler Canning, datada de 20 de outubro de 1826. (HERRERA, 1974:76).
 25. Não esqueçamos também da pretensão inglesa de hegemonizar as relações internacionais dos Estados emergentes no litoral sul-americano e a necessidade de apoiar a monarquia brasileira - abalada internamente pela eclosão de movimentos republicanos, tendências separatistas e até por uma possível intervenção de Bolívar no Prata, a raiz da cisplatinização da Banda Oriental. À Inglaterra não interessava esse clima de instabilidade, pois havia renovado o Tratado de Amizade, Navegação e Comércio com o Império em 1827 por mais quinze anos, precisando afastar qualquer risco de balcanização brasileira.
 26. Se a força naval britânica controlava e garantia a liberdade comercial marítima para as bacias e redes fluviais continentais, isto só era obtido se acordado com os Estados ali implicados. Até a “explosão” ferroviária da segunda metade do século XIX, a disputa pelo controle fluvial foi uma das questões mais delicadas da expansão do capitalismo industrial. Esta problemática é denominada por Real de Azúa de “mito dos rios” (1991, op cit, p. 363).
 27. *“Manter a paz do mundo é o principal objeto da política da Inglaterra. Para obter tal propósito é necessário prevenir, em primeiro lugar e em tudo que nos diz respeito, a eclosão de novas guerras; em segundo lugar, resolver, através da intermediação amistosa, as diferenças existentes; em terceiro, onde isso for impossível, esvaziar as tensões; finalmente, conservar da nossa parte, uma imperturbável neutralidade em todos aqueles casos em que não sejam afetados, ostensivamente, nossos interesses e nossa honra”.* Carta de Instruções de Canning a Stratford, datada de 1824. Ver HERRERA, op. cit., 1974, p.417.
 28. Marcos Kaplan aponta para algumas ações que os novos Estados deviam desenvolver para obter o reconhecimento inglês a sua existência, e que era praticamente a maior garantia internacional que poderiam receber. Assim, deviam promover o desenvolvimento interno, superar as estruturas que reforçavam formas tradicionais de organização da produção, obter o reconhecimento das grandes potências, promover maior integração ao sistema econômico internacional, e estabelecer medidas favoráveis à penetração dos interesses ingleses assim como oferecer garantias aos mesmos (concessões sobre a dívida pública, o livre trânsito de bens, súditos e serviços, etc). Op. cit., p. 123. Sabidamente, estas condições não estavam dadas na Banda Oriental. Não havia forças sociais nem políticas para promover essas mudanças e garantir satisfatoriamente os interesses externos.
 29. A noção de fragmentação e fragilidade política regional está implícita no con-

ceito de “balcanização”. A partir da história das implicações internacionais na estratégica Península Balcânica, desde o século XVIII, surge este conceito que expressa o reconhecimento de uma área de conflito valorizada por determinada posição estratégica e caracterizada pela ausência de um poder local hegemônico sobre a qual se projetam interesses de diversos Estados (no caso concreto originário, os Impérios turco, austríaco e russo, e ainda os Estados inglês e francês). A pulverização política resultava da impossibilidade de imposição da dominação estável por parte de alguma daquelas potências combinada com uma estratégia de compensações de pequenas áreas de influência. Tal orientação visava enfraquecer nacionalismos pouco confiáveis aos olhos das grandes potências européias. Vivian Trías afirma, por outro lado, que ali onde a classe dominante estava associada ao capital externo e vinculada ao mercado internacional, a própria Inglaterra contribuía na definição da unidade nacional (casos do Império Turco e do Império do Brasil). Em outras situações, algumas áreas eram transformadas em Estados-tampões (*buffers states*), como forma de garantir o equilíbrio de poder europeu: é o caso dos Países Baixos e da Bélgica em diversas conjunturas frente à rivalidade histórica entre a França e a Alemanha. Antes da própria experiência no Prata, a Inglaterra já apelara para esse mecanismo em outras áreas periféricas como em 1767, ao criar uma área sob a sua tutela em Audh, área de atrito entre Bengala e as províncias nativas da Índia. (Ver TRÍAS, Vivian. *La rebelión de las orillas*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1989. p.173).

30. A “balcanização” latino-americana conta com forças históricas concretas que ajudam a entender a desagregação regional. Algumas estão vinculadas à herança colonial, outras, à nova realidade que vai se desenhando durante o século XIX, o neocolonialismo (sinônimo de política invisível das potências industriais). A extensão territorial, as barreiras naturais, a população dispersa e isolada com localismos e rivalidades. Tudo isso contribui para as tendências de fragmentação, porém, o mais importante é o atraso econômico, a ausência de um desenvolvimento mínimo para organizar a produção e superar as distorções impostas pela administração colonial. E junto a isso, o fato da própria vinculação das oligarquias “criollas” dominantes articuladas diretamente à economia internacional hegemônica pela Inglaterra desde a Revolução Industrial (TRÍAS, Vivian. *op cit*, p.173).
31. O trabalho de organização e sistematização da correspondência de Lord Ponsonby e de outras autoridades do período sobre a problemática platina, feito por HERRERA (*op cit*. 1974, t.II), fundamenta afirmações conclusivas a esse respeito enunciadas por trabalhos que aprofundaram o levantamento e análise do intercâmbio de documentos, centralizados no importante papel da mediação inglesa. A esse respeito citamos as obras de TRAVERSONI (1968), CORONEL MALDONADO (1987) e BENGLO VALDES (1987).
32. Carta de Ponsonby, encarregado britânico das negociações no Rio da Prata, ao Ministro Canning, em 20 de outubro de 1826. Ver HERRERA, Luis Alberto de. *op. cit.*, III, 1974, p.73.